

Parceria público-privada e empreendedorismo: implicações para a gestão educacional

*Public-private partnership and entrepreneurship:
implications for educational management*

*Asociación público-privada y emprendimiento:
implicaciones para la gestión educativa*

Maria José Ferreira Ruiz¹
Universidade Estadual de Londrina

Katia Silva Bufalo²
Universidade Estadual de Londrina

Resumo: O texto mapeia as interferências da relação público-privada nas políticas educacionais e no processo de democratização da educação pública. De forma específica, busca apresentar uma síntese dos trabalhos realizados por nosso grupo de pesquisa o qual analisa a disseminação de projetos e de políticas para as diferentes etapas e modalidades da educação pública, que ocorrem pela via das parcerias público-privadas, filantropia e privatizações. Analisa, ainda, a proposta de empreendedorismo do *think tank* Endeavor e delimita os pressupostos políticos e ideológicos e as implicações para a educação básica pública. Partindo da concepção epistemológica do materialismo histórico-dialético, o artigo, de cunho qualitativo, é desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e análise documental. Conclui que os *think tanks*, que atuam numa perspectiva neoliberal e/ou neoconservadora, têm conseguido êxito no sentido de difundir suas ideias e influenciar no conteúdo da política e da gestão educacional.

Palavras-chave: Política Educacional; Gestão Educacional; Parceria público-privada; Privatização; *Think tanks*; Empreendedorismo.

Abstract: The text deals with mapping the interference of the public-private relationship in educational policies and in the process of democratization of public education. Specifically, it seeks to present a synthesis of the research carried out by our research group that analyzes the dissemination of projects and policies for the different stages and modalities of public education, which occur through public-private partnerships, philanthropy and privatizations. It also analyzes the entrepreneurial proposal of the think tank Endeavor and delimits the political and ideological assumptions and the implications for public basic education. Based on the epistemological conception of historical-dialectical materialism, the article, of a qualitative nature, is developed from bibliographical research and documentary analysis. It concludes that think tanks, which operate in a neoliberal and / or neoconservative perspective, have been successful in spreading their ideas and influencing the content of educational policy and management.

Keywords: Educational Policy; Educational management; Public-private; Partnership; Privatization; Think tanks; Entrepreneurship.

¹ Pós-doutorado em Educação pela UFRGS. Doutorado em Educação pela UNESP/Marília. Professora associada da Universidade Estadual de Londrina (UEL), no curso de pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Educação. Londrina, Paraná (PR), Brasil. E-mail: fruiiz@uel.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1288300658104697>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1904-8878>.

² Doutorado em Educação pela UEL/Londrina. Membro do Grupo de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação/UEL. Londrina, Paraná (PR), Brasil. E-mail: ksbufalo@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4714150360280513>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1706-2454>.

Resumen: El texto trata de cartografiar la interferencia de la relación público-privada en las políticas educativas y en el proceso de democratización de la enseñanza pública. Específicamente, se busca presentar una síntesis de las investigaciones realizadas por nuestro grupo de investigación que analiza la difusión de proyectos y políticas para las diferentes etapas y modalidades de la educación pública, que se dan a través de alianzas público-privadas, filantropía y privatizaciones. También analiza la propuesta de emprendimiento del think tank Endeavor y define los supuestos e implicaciones políticas e ideológicas para la educación básica pública. A partir de la concepción epistemológica del materialismo histórico-dialéctico, el artículo, de carácter cualitativo, se desarrolla a partir de una investigación bibliográfica y un análisis documental. Concluye que los think tanks, que operan desde una perspectiva neoliberal y/o neoconservadora, han logrado difundir sus ideas e influir en el contenido de la política y la gestión educativa.

Palabras clave: Política Educativa; Gestión educativa; Asociación público-privada; Privatización; Grupos de expertos; Emprendimiento.

Recebido em: 16 de maio de 2024

Aceito em: 08 de abril de 2025

Introdução

Diversos grupos privados têm mostrado interesse na área da educação pública. Esses grupos difundem ideias, ações e suas *expertise*, utilizando-se de parcerias com o setor público/estatal, possibilitando o acirramento das privatizações nesta área. De acordo com Ball e Youdell (2007), a privatização do público assume diferentes formas que, grosso modo, torna possível classificá-la em dois grupos, cada qual com muitos matizes. O primeiro deles seria a “privatização endógena”, que incute as ideias e as técnicas do setor privado no setor público, tornando-o próximo ao modo de operar das empresas. Um exemplo desse primeiro grupo seriam as vendas ou as cobranças de taxas por serviços e por produtos bem como a agressividade comum das práticas da gestão empresarial/gerencial cujo alvo são os resultados, privilegiando o individualismo e a noção de meritocracia. Tais processos ocorrem no interior das instituições públicas sem, com isso, mudar a propriedade.

O outro grupo é conhecido pelo conceito de “privatização exógena” e trata da abertura direta “dos serviços públicos de educação ao setor privado” (Ball; Youdell, 2007, p. 09), passando, então, a atuar com fins lucrativos, recebendo pelos serviços prestados, usando de diferentes formas de filantropia, alinhados ao terceiro setor (ONGs, fundações e outros)³.

Além destas duas formas, há, ainda, estes grupos empresariais difundem suas ideias e propostas para a educação pública e têm conseguido criar consensos em torno da elaboração

³ Exemplo disso é a legislação Norte Americana “Nenhuma Criança será deixada para trás” que pressupõe a passagem da gestão da escola pública que não atinge as metas nas avaliações em larga escala, para o setor privado e/ou filantrópico (Apple, 2005). No Brasil caso similar ocorreu em Goiás, porém ainda sem sucesso. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-01/goias-sera-primeiro-estado-a-ter-organizacoes-sociais-na-educacao-basica>.

de políticas públicas para a educação, influenciando também no modelo da gestão pública. Estes movimentos de privatização do público ocorrem de forma mundializada, em diversos sistemas públicos de educação.

No caso específico do Brasil, após 1990, com a Reforma do Estado Brasileiro, difunde-se a perspectiva da Nova Gestão Pública, ancorada nos pressupostos teóricos da Terceira Via (Giddens, 2001)⁴. Isso leva à reforma gerencial que se estende em diferentes estados federativos, cunhando novos arranjos institucionais entre o setor público e entidades do setor privado, que operaram por meio de parcerias, contratos de gestão, convênios, consultorias, compra de materiais apostilados, assessorias para a formação de professores, para a elaboração de políticas e de outras formas.

Importante destacar que, em nossos estudos, assim como Peroni (2015, p. 18), “não tratamos o público e privado apenas como propriedade, mas como projetos societários em relação, permeados por classes sociais em correlação de forças”. Isso significa que não deixamos de observar os meandros e mediações da sociedade capitalista, calcada no trabalho assalariado e na propriedade privada dos meios de produção, que conduz à divisão das classes sociais. (Ruiz, 2017, p.12).

Isso posto, neste texto, daremos continuidade e aprofundamento aos estudos que nosso grupo de pesquisa vem cartografando às interferências da relação público-privada nas políticas educacionais e no processo de democratização da educação pública. Partimos do pressuposto que a partir do processo de redefinição e restrição do papel do Estado⁵, acirrado pelo neoliberalismo de terceira via, são editadas e reeditadas diferentes formas de parcerias entre setor público (Estado) e o setor privado (sociedade civil empresarial e instituições filantrópicas). Isso altera a forma que a educação pública é organizada, interfere no currículo, na avaliação, na formação de professores e, sobretudo, no processo de formulação das políticas educacionais, mediadas pelo interesse de grupos empresariais, organizados em redes políticas, a exemplo do movimento empresarial “Todos pela Educação”.

Temos observado que tais experiências tendem a nortear a proposição de políticas educativas no contexto internacional (Robertson, 2012), assim como no Brasil, com forte influência dos organismos multilaterais, mais especificamente do Banco Mundial (BM). Com isso, estamos afirmando que, embora as políticas para a educação sejam constituídas e efetivas, na maioria das vezes, em espaços territoriais/regionais bem definidos, isso não significa que

⁴ Para Giddens (2001), os neoliberais defendem a redução do tamanho do Estado e a social democracia persiste no entendimento que é necessário expandi-lo. A proposta da terceira via segue na direção nem de reduzir, nem de expandir, mas, sim, reformar o Estado. (Ruiz, 2017).

⁵ Consideramos que o Estado é produto da luta de classes e constituído no movimento desta luta. Uma instituição dominada pela burguesia que tensiona em si os interesses da classe trabalhadora. (Poulantzas, 1977).

as interferências globais e internacionais estejam ausentes (Robertson; Dale, 2015), haja vista o avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo⁶ (Moll Neto, 2010), como projetos políticos hegemônico que, de diferentes formas, tornam-se projetos mundializados em diversos estados/nações. Dentro dessa perspectiva, são muitos os desafios para aqueles que pesquisam sobre políticas e, para além, estes pesquisadores, necessariamente, devem estar atentos para o fato que as políticas estão abertas ao mercado privado. Contudo,

[...] no campo educativo, mais grave do que a expansão do mercado privado, é a direção no conteúdo, método e forma da educação pública dentro de uma concepção mercantil. Aqui, um duplo e mais duro desafio. No campo teórico, desafia-nos o esforço de apreender, para além da aparência, o sentido do movimento da realidade. (Frigotto, 2015, p. 227).

O objetivo geral deste texto, dentro dessa linha argumentativa, é discutir diferentes formas de parcerias entre o setor público/estatal e privado/empresarial e/ou filantrópico que possibilitam que a privatização da educação pública ocorra de forma implícita e/ou explícita. De forma específica cumpre com os objetivos de: (i) apresentar uma síntese das pesquisas realizadas por nosso grupo de pesquisa que analisa a disseminação de projetos e políticas para as diferentes etapas e modalidades da educação pública, ocorridas pela via das parcerias público-privadas, filantropia e privatizações; (ii) analisar a proposta de empreendedorismo do *think tank* Endeavor e delimitar seus pressupostos políticos e ideológicos e implicações para a educação básica pública.

Desenvolvemos o estudo com base nos pressupostos epistemológicos do materialismo histórico-dialético. Dentro dessa linha teórica, cabe aos pesquisadores de políticas públicas fugir de reducionismo e buscar observar as políticas de forma mais ampliada. (Engels; Marx, 2007; Neto, 2003; Frigotto, 1997). Conforme aponta Evangelista (2012), para compreendermos criticamente as políticas para a educação, é necessário investigar a lógica, a ideologia e a racionalidade que as sustentam. Para isso, é importante observar a conjuntura histórica, política e econômica que permeia a sociedade no contexto da formulação destas políticas. Partindo deste pressuposto, este estudo, de cunho qualitativo, utilizará como procedimento a pesquisa bibliográfica, além do recurso da pesquisa documental.

⁶ Grosso modo, entendemos que o neoconservadorismo e o neoliberalismo têm em comum a defesa da ideia de Estado mínimo para o social e máximo para o capital, a fim de estabilizar as crises do capitalismo. Contudo, o neoconservadorismo não renuncia ao controle do Estado e se apoia também na questão moral (discurso moralista), ao entender que a destinação de recursos do Estado para as políticas e programas sociais fragiliza a iniciativa da população carente na busca de emprego, conduz a sociedade a um estado de adaptação conformada à pobreza. A tendência é achar que as pessoas que dependem de programas sociais sejam desajustadas socialmente, dependentes, vagabundos etc. (Mool Neto, 2010, p.78). No campo da educação, os neoconservadores têm a pretensão de manter as tradições culturais e não perder o controle do Estado. Eles tentam, assim, estabelecer mecanismos mais rígidos para controlar o conhecimento, a moral, os valores, nos currículos dos sistemas de ensino (Agudo; La Cruz, 2012).

O texto segue dividido em quatro subitens. A princípio, apresentamos uma síntese dos estudos que já foram desenvolvidos em nosso grupo de pesquisa, a partir da problemática da democratização da educação, tendo em vista a redefinição do papel do Estado e as parcerias público-privadas. Na segunda parte, apresentamos uma discussão sobre os *Think tanks*, que se articulam em redes políticas (Ball, 2014) e, argumentamos que esses organismos têm conseguido influenciar o conteúdo das políticas públicas. O terceiro subitem traz a discussão de um *think tank* que tem se debruçado na difusão do empreendedorismo na educação pública desde os primeiros anos da educação básica, a saber: o *Think tank* Endeavor. Enceramos o texto com uma análise crítica sobre o que pode significar a difusão do empreendedorismo em uma sociedade dividida em classes sociais, buscando delimitar os pressupostos políticos e ideológicos que, em nossa análise, estão implícitos em tal proposta.

Síntese dos estudos sobre democratização da educação e parceria público-privada

Nos últimos anos, têm-se desenvolvido estudos que problematizam a democratização da educação básica pública, enquanto direito constitucional. Fazemos a defesa de que a ampliação deste direito deve ser financiada pelo Estado, com recursos públicos. Democratizar a educação está relacionado tanto à ampliação do número de vagas e das condições de permanência na escola pública, quanto às formas de organização do trabalho administrativo e pedagógico, que ampliam a participação política da comunidade nos processos decisórios.

A proposta de democratizar a educação tem intencionalidades e significações diversas a depender do projeto societário que se defende, tendo em vista a divisão das classes sociais. Assim, este discurso alinha-se com as propostas liberais conservadoras, com o desenvolvimento do projeto societário capitalista e suas formas de expropriação do excedente do trabalho humano, bem como com os interesses da classe trabalhadora que precisa da escola pública para ter acesso aos conhecimentos que lhe permita subsistir humana e socialmente.

Tendo em vista este pressuposto, em pesquisa realizada em 2013, nos dedicamos a investigar as diferentes formas de organização dos trabalhadores que, historicamente, lutam pela democratização da educação pública. Verificamos, naquele estudo, que a luta dos professores e dos trabalhadores da educação foi importante no processo de discussão e de elaboração das políticas educacionais que contribuíram para ampliar a democratização da educação pública, ao menos, formalmente. Desta feita, a Constituição Federal (CF 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) asseguraram a educação como direito de todo cidadão e dever do Estado. Verificamos que, anteriormente à inserção da gestão democrática na legislação, houve ampla mobilização dos trabalhadores da educação, na década de 1980 e 1990, agregados em entidades que discutiam a educação. Nesta

perspectiva, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) foi um espaço expressivo no cenário nacional. Percebemos que os trabalhadores da educação se colocavam contrários à burocracia e à hierarquia dentro das instituições públicas e almejavam uma participação mais democrática e a descentralização do poder. No estudo, verificamos ainda que, não apenas os professores lutaram e lutam pelo direito à educação pública, mas, também os trabalhadores e moradores de bairros pobres e periféricos das cidades encaminham, historicamente, suas lutas pela democratização da escola pública. Estes últimos contribuem para ampliar o acesso à educação, no sentido de conquistar a construção das escolas próximas as suas residências, melhorias no espaço físico, ampliação das vagas e ampliação da oferta das diferentes etapas da educação básica, além de outras conquistas (Ruiz, 2014).

Em continuidade a este estudo, em parceria com outros pesquisadores e pesquisadoras do grupo de pesquisa, passamos a averiguar as respostas que o Estado oferece a fim de atender as demandas das lutas dos trabalhadores pela educação. Essas respostas geralmente ocorreram no formato de políticas que geram programas, que na sua origem anunciam ampliar a democratização da escola pública, alguns deles direcionados à gestão da educação básica. Os estudos seguiram a fim de compreender algumas lacunas em relação às propostas das políticas nacionais para a democratização da educação, verificando com mais afinco a problemática das consequências das parcerias público-privado para a educação pública e para a gestão escolar e, ainda, as interferências dos grupos empresariais na proposição das políticas para a educação no Brasil.

Vinculado ao nosso grupo de pesquisa, Marinheiro (2016) desenvolveu pesquisa sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), constituído como uma política de repasse de recursos financeiros para a escola pública, em 1995, pelo governo federal (FHC).⁷ O estudo averiguou que o PDDE se alinhou ao processo de redefinição do papel do Estado, uma vez que, ao possibilitar a descentralização de recursos, tornou obrigatório que cada escola constituísse uma Unidade Executora (UEEx), representada pela Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), o que possibilitaria o recebimento do recurso financeiro federal advindo do PDDE. Todo esse processo redimensionou ainda mais a arrecadação de recursos financeiros de outras fontes (fontes privadas), indo ao encontro da desobrigação do Estado, que se afasta de seu papel de mantenedor, mas, mantém sua função fiscalizadora e avaliadora.

Na esteira de averiguar os programas e os projetos que pressupõem a democratização da educação, estudamos o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”. Assim, observamos que, no Brasil, no ano de 2008, o Ministério da Educação, institui o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Conforme Krawczyk (2008), neste Plano foram

⁷ Fernando Henrique Cardoso (FHC), presidente eleito do Brasil no período (01/01/1995 a 01/01/2003).

instituídas cinquenta e duas ações, voltadas para a área da educação, no intuito de melhorar a qualidade educacional do país. Apesar de trazer medidas novas, grande parte das ações deste plano já vinha sendo desenvolvida, inclusive no governo federal anterior (FHC). O PDE reitera o sistema de parcerias com os municípios, centrando suas ações na dimensão do regime de colaboração entre os entes federativos. Tem foco ainda nas parcerias entre o Estado e as instituições da sociedade civil, tornando as escolas públicas espaços de quase-mercado⁸, para os quais são produzidos e comercializados produtos e tecnologias, tendo o Estado como principal cliente e comprador de tais produtos. Paralelamente ao PDE, o governo federal apresenta o decreto n. 6.094/2007, que institui o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”. Este Plano tem como inspiração o movimento do empresariado brasileiro, que agrega o grupo Gerda, o Instituto Ayrton Senna, entre outros, o que demonstra o forte alinhamento do governo federal com tais grupos e com suas iniciativas na área da educação (Saviani, 2007).

Rodrigues (2017), incorporando-se às discussões que já vinham acontecendo em nosso grupo de pesquisa, se propôs a analisar o PDE-escola, programa relançado em 2007, como extensão do PDE Federal. O estudo analisou os modelos de gestão subjacentes a este Programa, que, em tese, propunha fortalecer a gestão democrática. A pesquisa observou que a ampliação da participação da comunidade na escola, que era uma das metas do Programa, ocorreu de forma muito tímida e questionável. Verificou-se que, na operacionalização do Programa, legitimada por pesquisa empírica, a comunidade ficou restrita a dar sugestões para a aquisição de materiais, havendo, também, a ampliação de tarefas burocráticas na escola (preenchimento de tabelas, diagnósticos etc.) o que acabou culminando em uma atuação mais democrática e participativa. Desta feita, o Programa reforçou ainda mais a gestão do tipo gerencial.

Em período concomitante, realizamos pesquisa de pós-doutoramento, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A ideia central do estudo foi de que a classe empresarial brasileira tem se mobilizado e se organizado em redes políticas para influenciar a definição do conteúdo e a forma da escola pública (Ruiz, 2017). Para tanto, utiliza de suas influências e relações para interferir na proposição de políticas educacionais e de modelos de gestão escolar. Dentro deste escopo, analisamos a proposição da Fundação Victor Civita (atual “Somos Educação”) para a educação pública, que pode ser sintetizada a partir de três

⁸ Com o processo da reforma administrativa do estado brasileiro, os serviços públicos não são de exclusividade do Estado e podem ser explorados como espaços de quase-mercado, movimento que conduz as formas de privatização endógena, já tratadas no texto. Assim, “opera-se uma construção ideológica que mascara a expansão do capital em áreas que são essencialmente públicas, como a área da saúde e da educação. Isso ameaça o caráter universalista destes direitos sociais inalienáveis (saúde e educação) e a solidariedade, presentes nas políticas sociais do Estado, providência e ainda provoca mudanças nos valores sociais e, consequentemente, na concepção de justiça social”. (Ruiz; Marinheiro, 2015, p. 610).

eixos: diretor como líder empreendedor, clima organizacional e gestão gerencial; avaliações e índices para a condução da gestão, responsabilização e mérito e estímulo às parcerias público-privadas na escola pública.

Farias (2018) e Lima (2018) contribuíram com a ampliação dos estudos abordando a redefinição do papel do estado e as implicações que as parcerias entre o setor público e o privado trazem para a democratização de uma das etapas da educação básica, a saber, a Educação Infantil. Cada qual, com sua especificidade, percebeu que a prática do conveniamento entre as Prefeituras e as instituições privadas/filantrópicas do terceiro setor (Montaño, 2002) é muito utilizada pelos municípios brasileiros para dar conta da demanda. Esse tipo de ação foi considerado pelas pesquisas como um retrocesso na oferta, além de evidenciar a falta de qualidade nos Centros de Educação Infantil (CEIs) conveniados/filantrópicos. Os estudos demonstraram que há ainda muito a ser superado rumo à conquista da Educação Infantil, enquanto direito, como previsto nas legislações educacionais, o que prevê a superação de sua oferta por entidades beneficentes de assistência social, em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, realidade que já vem sendo alterada em Londrina-PR, mas que ainda não foi universalizada para todos os municípios brasileiros.

Outras modalidades da educação também foram estudadas pelos pesquisadores do grupo. Torres (2020) fez um levantamento dos recursos financeiros recebidos pelas instituições de “Atendimento Educacional Especializado” (AEE) e identificou que os recursos gerados pelas próprias instituições, via promoções e filantropia, são essenciais para a manutenção das escolas, embora elas também recebam o repasse dos recursos públicos. Estudou ainda dois programas destinados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Alfabetização Solidária (ALFAsol) e o Brasil Alfabetizado, programas que contam com equipes de voluntários para atuar na alfabetização de adultos (Torres, 2020a).

Bufalo (2018) somou-se aos nossos estudos a fim de analisar programas que pressupõem a democratização da leitura e do livro. Desta feita, pesquisou como a educação e a leitura são mediadas pelo controle dos conteúdos, tanto pelas propostas curriculares, quanto pela forma com que os livros são encaminhados para as escolas. Verificou que os programas de Políticas Públicas para o Livro e a Leitura utilizam a bandeira da democratização, no entanto, esses programas atendem muito mais um viés mercadológico, ao invés de viabilizarem condições reais de realizar o ato de ler na escola. Identificou que as agendas destes programas privilegiam, tendencialmente, os interesses do empresariado editorial na educação. Nas políticas para o livro e para a leitura, foi possível constatar uma disputa pela privatização da educação por meio dos sistemas apostilados de ensino, que constitui uma ameaça eminente a partir da divulgação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLDM), como

estratégia do Estado para conciliar as disputas entre o mercado editorial e os sistemas apostilados de ensino. Diante dos dados de pesquisa, ficou claro que a democratização da leitura é tratada como algo secundário nesse processo.

Na esteira da discussão dos sistemas apostilados, problematizamos sobre a aquisição do Sistema de Ensino Aprende Brasil, por um município da região norte do estado do Paraná. Por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas, o estudo em questão concluiu que a lógica empresarial vem tornando as escolas públicas “espaços propícios para a ampliação das grandes corporações do mercado editorial”, reiterando os achados da pesquisa de Bufalo (2018). Com isso acontece

[...] que, além de padronizar o conteúdo, o método e o material utilizados pelas escolas públicas, ocorre ainda a padronização do sistema de avaliação, o que rompe com a proposta de construção do processo coletivo na educação pública, no qual os sujeitos da escola possam ter autonomia de planejamento e ação a partir daquilo que é sistematizado no Projeto Político Pedagógico (PPP), que nesta perspectiva torna-se um documento sem nenhum valor. (Sandaniel; Ruiz, 2019, p. 144).

Em 2021, Sandaniel, ao desenvolver um estudo sobre o Itaú Social e seu Programa de Melhoria da Educação, demonstrou que este programa promove uma gestão educacional gerencial no âmbito dos sistemas municipais de educação, enfatizando resultados, individualismo e competitividade em detrimento à gestão democrática. Isso é visto como parte de uma estratégia de influência hegemônica das empresas na sociedade, alinhada com princípios neoliberais. Neste mesmo ano, Rissi (2021) realizou uma pesquisa que discute que as parcerias público-privadas se materializaram nas escolas municipais de Londrina através da implementação do Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos. Este programa baseia-se nas diretrizes do SEBRAE e tem como objetivo integrar a educação escolar com práticas do mundo dos negócios. O intuito é formar sujeitos adaptáveis, com a responsabilidade de aprimorar suas habilidades, buscar qualificações e empreender de maneira criativa e inovadora para se moldar a um contexto de desemprego estrutural.

Em continuidade a nossos estudos, no texto aqui apresentado, buscamos ampliar o entendimento sobre os interesses e intenções do setor empresarial/financeiro, para a educação. Assim, continuaremos a mapear as ações e redes políticas (Ball, 2014) de determinados grupos da sociedade civil que buscam, via consenso, universalizar seus interesses de classe na educação pública, agora com foco nos *think tanks* que difundem pesquisas e propostas de empreendedorismo na área da educação pública.

Tink Tanks: sujeitos em redes e políticas educacionais

Uma das formas da atuação em redes políticas são os *think tanks* que, conforme Moraes (2015), originaram-se nos Estados Unidos no período da Guerra Fria. Estes grupos, muito diversos em sua natureza, podem atuar de forma autônoma, ligados a grupos de interesses específicos - governos, empresas privadas, fundações, universidades, partidos políticos etc. Contudo, apesar dessa diversidade, pesquisas apontam que grande parte dos *think tanks* são financiados com recursos do setor empresarial (nacional e internacional) e, grosso modo, defendem a redução do papel do Estado na área social, atrelados ao receituário neoliberal de Friedman, Hayek e outros (Ruiz; Bufalo, 2017) e vêm crescendo em número e em rede de atuação no território brasileiro. No Brasil, os primeiros *think tanks* foram organizados a partir das décadas de 1940-1960 ligados, principalmente à Fundação Getúlio Vargas e à Fundação Victor Civita.

Muitos destes grupos defendem a ideia de modernização do Estado brasileiro a partir de diferentes formas de privatização. “É o caso do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEIDI) e o Instituto Atlântico (IA), criados ainda nos anos 1990”. Há ainda o Grupo Líderes Empresariais (LIDE) e o Movimento Brasil Competitivo (MBC), dos anos 2000 e o Instituto Millenium, instituído em 2006, no Fórum da Liberdade, na cidade de Porto Alegre.

O Fórum da Liberdade foi organizado a fim de agregar os grandes *think tanks* liberais e ultraliberais que atuam no Brasil e em diferentes países do mundo. Em evento promovido pelo Fórum da Liberdade, em 2012, foi criado o movimento “Estudantes pela Liberdade”, voltado para o público universitário. “O EPL configura-se como uma versão brasileira do *Students for Liberty* e é ligado ao mega *think tank Atlas Network*”. Este grupo financiou e financia, no Brasil, as ações do “Movimento Brasil Livre”, influenciando de forma política e ideológica as suas diretrizes e ações. Com estes recursos, este movimento consegue agrupar grande quantidade de pessoas e pelas suas atividades de mobilização de rua ganham notoriedade na imprensa. (Portella, 2019, p. 01). Estes *think tanks* agem no sentido de reforçar a hegemonia da classe dominante via consolidação de consensos (Gramsci, 1980) e influenciam, fortemente, a opinião pública.

Assim, observa-se que são diversas as formas de atuação dos *think tanks*. Além dessas configurações mais combativas, atuam também como instituições de pesquisas, a fim de formar os seus intelectuais orgânicos (Gramsci, 1989) e reafirmam as estratégias e os ideias dos grupos neoliberais e neoconservadores que constituem, o que vem sendo nominado como a “nova direita” (Casimiro, 2018). Estes *think tanks* têm *expertise* em traduzir “resultados de pesquisas especializadas para uma linguagem e um formato que sejam acessíveis para implementadores de políticas públicas

e para a população em geral”. (Rocha, 2015). Esta mesma autora reitera nosso entendimento de que os *think tanks* atuam mediados por um “ativismo político orientado ideologicamente [...] utilizando-se de estratégias de persuasão e convencimento” com a finalidade declarada de “influenciar o processo político de formulação e implementação de políticas públicas”. (Rocha, 2015, p. 262).

Na área da educação, mais especificamente das políticas educacionais, os *think tanks* – apesar de pouco estudados – vêm ganhando espaço de atuação e formam redes políticas poderosas conectadas entre si de formas muito complexas. Podem se vincular a fundações privadas, organizações filantrópicas nacionais e internacionais e vêm se tornando atores definidores na gestão dos sistemas municipais e estaduais da educação. Operam como consultores de gestão e são cada vez mais procurados pelos governos, como conselheiros e redatores de relatórios para influenciar e projetar a educação do setor público nos níveis regional, estadual e nacional (Ball; Youdell, 2015).

Viseu e Carvalho (2018) afirmam que estes grupos tendem a colocar ênfase na responsabilização (*accountability*) dos sujeitos (professores, alunos, pais) ou sistemas educativos (municipais) de forma individualizada e descontextualizada. Enfatizam as boas práticas na área da gestão escolar e, dessa forma, uma gestão competente seria aquela que resolve seus problemas com os recursos próprios de forma criativa se aliando à sociedade civil na busca da provisão necessária para a manutenção da instituição.

Uma área importante de atuação dos *think tanks* é a formação de gestores e lideranças educacionais, em nível de pós-graduação, para atuarem na gestão pública⁹. Isso porque, em suas concepções embebidas no ideário privado, identificam que os Programas de Pós-graduação existentes não atendem às demandas das Secretarias de Educação, a fim de formar seus quadros com uma visão pragmática na área educacional. Alguns destes *think tanks* têm foco de ação bastante definido como o caso do Instituto Endeavor, que atua na disseminação de ideias de empreendedorismo, como veremos a seguir.

O empreendedorismo como expressão do ideário privado na educação pública: Endeavor e o Sujeito empreendedor

O Instituto Empreender Endeavor (IEE) é um *think tank* criado em 1997, nos Estados Unidos como uma organização não governamental (ONG), com a intenção de

⁹ Vide “Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEIPE)” – O centro está associado ao Programa de Política Educacional Internacional da Universidade de Harvard e é o primeiro *think tank* brasileiro organização que produz conhecimento para um determinado campo de atuação para realização de pesquisas aplicadas e implementação de políticas educacionais inovadoras. <https://portal.fgv.br/noticias/ebape-e-harvard-inauguram-primeiro-think-tank-brasileiro-politicas-educacionais>.

fomentar o empreendedorismo. O Endeavor atua em 27 países em diferentes regiões, dentre elas, a América Latina, África e Ásia, regiões com alta vulnerabilidade social. No Brasil, tem sua primeira instalação no ano 2000 e está organizado em redes políticas com diversos atores, de diferentes filiações, dentre eles, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), os grupos de empresários que financiam suas ações e projetos, as organizações públicas, ou seja, é formado por uma rede muito heterogênea, agregando sujeitos e instituições de diferentes naturezas. Contudo, Santos (2017) aponta que a racionalidade mercantil, empresarial baseada no empreendedorismo é o eixo articulador do discurso e ações deste *think tank*.

No tocante à educação, o Endeavor tem duas frentes: a primeira delas foca na promoção de propostas voltadas à formação de empreendedores desde os primeiros anos da educação básica. A segunda propõe a formação de empreendedores capazes de projetar e desenvolver materiais e tecnologias inovadoras, destinadas à comercialização no setor educacional. Na defesa da formação empreendedora desde a educação básica, o Endeavor parte do entendimento de que

[...] existem diversas razões para a falta de capacitação dos empreendedores brasileiros, mas uma muito evidente é a falta de incentivo para abrir sua própria empresa desde cedo. [...] Uma grande característica do empreendedorismo é trabalhar por um propósito: mesmo diante dos riscos, há uma missão tão importante a ser cumprida que faz os empreendedores largarem tudo pelo negócio - inclusive altos salários e carreiras estáveis. [...] A ação empreendedora pode ainda resolver gargalos no país – pensando especialmente nos que mais são prejudicados pela ineficiência: os mais pobres. (Endeavor, 2020, p. 1). <https://endeavor.org.br/ambiente/ensinar-empreendedorismo-escola-universidade/>.

Há pesquisas que vão ao encontro do ensejo empreendedor do *think tank* Endeavor, a exemplo do estudo de Sela, Sela e Franzini (2006) que alega que há que se construir nas crianças e jovens, desde a mais tenra idade, “novos padrões de comportamento, a partir de descobertas interessantes sobre as potencialidades pessoais, contexto cultural, motivações e sonhos”, principalmente nas “escolas de massa”. Estes pesquisadores argumentam que o século XXI será marcado por “peculiaridades e incertezas” e pela era do “fim do emprego”, portanto, estas escolas precisam buscar novos paradigmas educativos que desenvolvam competências laborais. “O empreendedorismo transforma-se, assim, na inusitada revolução social que deverá ocorrer no século XXI, comparável aos efeitos da revolução industrial ocorrida no século passado”. (Sela; Sela; Franzini, 2006, p. 2). Na mesma linha de pensamento, estes autores defendem, assim como o Endeavor, que o empreendedorismo é o principal potencializador “na eliminação da miséria e na diminuição da distância entre pobres e ricos” (Sela; Sela; Franzini, 2006, p. 5).

Importante destacar que as pautas em defesa do empreendedorismo são intencionalmente bem articuladas com os interesses neoconservadores e neoliberais, em consonância com as agendas dos organismos multilaterais. Prova disso é que em 2017, o Banco Mundial (BM) publica o relatório “Competências e Empregos: Uma agenda para a juventude”, destacando o que entende por principais desafios dos jovens brasileiros para que alcancem “índices mais altos de empregabilidade e produtividade no mercado de trabalho” (Banco Mundial, 2017, p. 4). Neste relatório, o BM destaca que além dos conhecimentos acadêmicos, que são visivelmente secundarizados pelo banco, as escolas e instituições de ensino devem se preocupar com a formação das “competências socioemocionais¹⁰”, com atividades calcadas na prática para além dos conceitos acadêmicos e, ainda, que se pense e instituem políticas complementares que coloquem mais atenção na formação empreendedora. Dessa forma, espera-se que as escolas, ainda nos anos iniciais, estimulem as competências laborais a fim de formar os trabalhadores nos moldes que o mercado e as empresas necessitam (Banco Mundial, 2017).

Isso mostra que a disputa pelo controle do conteúdo e da forma da educação pública acirra-se ainda mais e que há uma rede política muito bem-organizada que envolve agentes financeiros, instituições empresariais do terceiro setor e de outras ordens que influenciam nas políticas para a educação. Isso é notório se observarmos uma política curricular bastante atual, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que insere, também, em seu conteúdo as competências socioemocionais. Porém, isto não é algo novo, caso observemos os relatórios da UNESCO para a educação, produzidos em Conferências Mundiais para a educação, a partir das décadas de 1980/1990.

Por uma análise crítica

A partir destes breves apontamentos, podemos inferir que os fundamentos que embasam os princípios do empreendedorismo, defendido por diferentes grupos e sujeitos sociais, entre eles o *think tank* Endeavor, aparentam estar alinhados à perspectiva positivista/cientificista (Gamboa, 2012) que entende as ações humanas pautadas na racionalidade técnica, sendo neutras em relação à política e à economia. Nesta perspectiva, a humanidade e a realidade social formam um todo

¹⁰ Competências socioemocionais “são capacidades individuais que se manifestam nos modos de pensar, sentir e nos comportamentos ou atitudes para se relacionar consigo mesmo e com os outros, estabelecer objetivos, tomar decisões e enfrentar situações adversas ou novas. Elas podem ser observadas em nosso padrão costumeiro de ação e reação frente a estímulos de ordem pessoal e social. Entre outros exemplos, estão a persistência, a assertividade, a empatia, a autoconfiança e a curiosidade para aprender. Exemplos de competências consideradas híbridas são a criatividade e pensamento crítico pois envolvem habilidades socioemocionais e cognitivas.” (Instituto Ayrton Senna). https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/socioemocionais-para-crisis.html?gclid=CjwKCAiA-L9BRBQEiwA-bm5fInpbvbo6yX2jLPouv9W7FjiqF5-9olUU1b7DSHRiZ1VuaQq38Q5RoCisQQAvD_BwE.

orgânico e harmônico e os sujeitos individualizados são capazes de entender as dinâmicas da realidade e dominá-las. Fenômenos sociais que precisam ser analisados tendo em vista as contradições e a totalidade social/política/econômica, como a pobreza, aparecem nestes discursos tanto de forma abstrata como natural.

Também parece ser natural que os indivíduos isoladamente, por meio de suas potencialidades pessoais, contexto cultural, motivação e sonhos, possam reverter sua condição socioeconômica se tiverem um propósito bem definido e se arriscarem em uma missão/negócio, o que inclusive, resolveria o problema da pobreza extrema do país. Assim, estes grupos reforçam a hegemonia das classes dominantes e tiram o foco das análises mais abrangentes que partem da observância das crises econômicas (Wallerstein, 2001; Mészáros, 2009) engendradas pelo próprio capitalismo, em sua fase financeira. Autores como Chesnais (2013), Paulani (2008) e outros, há tempo denunciam que a financeirização da economia permite, por exemplo, que os recursos financeiros não sejam investidos no ciclo de produção de mercadorias e possibilita o circuito das finanças, no qual o grande capital se restringe ao mundo dos investimentos financeiros. Isso vem contribuindo para o aumento do desemprego em massa que afeta, principalmente, a população jovem. É preciso então ter o entendimento que, torna-se até mesmo perverso e irônico, anunciar que estamos em uma sociedade sem emprego e jogar a responsabilidade para as crianças e jovens, que desde cedo precisam “aprender a empreender” para que sobrevivam financeiramente. Mais uma vez, a estratégia é culpabilizar a vítima.

Sob o ponto de vista da crítica marxista, compreendemos que a formação para o empreendedorismo nos primeiros anos da educação básica traz a conotação explícita de

[...] dissolver a questão de classes, torná-la irrelevante para explicar o processo de desenvolvimento econômico no capitalismo, já que as desigualdades de classes, a riqueza e a pobreza, se configuram enquanto resultantes das ações individuais, das “aptidões” que, [...], são desigualmente distribuídas, independentes da questão de classe (Valentim; Peruzzo, 2017, p. 110).

Isso posto, é possível ainda inferir que o empreendedorismo, como uma proposta empresarial para a educação pública, aparentemente se embasa na psicologia behaviorista. Afirmamos isso com base em Freitas (2012) que analisa as propostas dos empresários norteamericanos para a educação e identifica que partem da teoria da competência humana, com base na análise do comportamento e da performance individual. A partir destas premissas, dada as oportunidades de acesso, o que faz a diferença entre os sujeitos é o esforço pessoal que pode conduzir ao mérito ou ao fracasso, a depender do comportamento proativo e do empenho motivacional para se conquistar o sucesso e a ascensão social (Freitas, 2012).

Em uma primeira análise, que será ampliada em outros estudos, é visível também o estímulo do Endeavor em focar nas avaliações em larga escala e nos índices educacionais para propor melhorias na educação pública, tese esta já refutada por pesquisadores nacionais e internacionais, dentre eles Freitas (2012, 2018), Ravitch (2011), Laval (2004). Entendemos que este processo é deletério para a educação pública por desconsiderar o processo de autonomia e gestão democrática das escolas, uma vez que é esta própria instituição que, em um processo de autoavaliação contínua de seu Projeto Político-Pedagógico, deve buscar ações de melhorias em seu processo educativo a partir da realidade em que se encontra. Desconsiderando esta premissa, os projetos e programas privados para a educação pública interferem frontalmente no campo da gestão da educação.

Dardot e Laval (2016, p. 135) corroboram com a crítica ao enfatizarem que é interessante analisar como o neoliberalismo se esforça na criação de caminhos estratégicos para a “criação de mercados e produção do sujeito empresarial [...] dimensão antropológica do homem-empresa”. Para os autores,

A novidade consiste em promover uma reação em cadeias, produzindo sujeitos empreendedores que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá, segundo a lógica do processo autorrealizador, que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram (Dardot; Laval, 2016, p. 329).

A partir dessas ideias, reiteramos que está em curso o estímulo à formação de sujeitos empreendedores, para uma sociedade que sofre, cada vez mais em consequência do alto índice de desemprego¹¹ e com a progressiva perda de direitos sociais e trabalhistas — um cenário que se intensifica nos tempos de neoconservadorismo, alinhado ao neoliberalismo, vivenciados atualmente em diferentes países. É necessário questionar e pesquisar com mais profundidade os princípios pedagógicos, os fundamentos da formação humana e os modelos de formação para o trabalho, que estruturam estes programas a fim de desvelar suas reais intencionalidades, limites e contradições na sociedade de classes, entendendo, junto à Chauí

¹¹ “De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado em junho de [2019], 3,3 milhões de brasileiros estavam sem emprego há mais de 2 anos. O número de pessoas nessa condição aumentou 42,4% nos últimos quatro anos. [...] O número de subocupados também bateu recorde e chegou a 7,3 milhões, enquanto os desalentados (pessoas que desistiram de procurar emprego) somam 4,8 milhões” e as propostas do Ministério da Economia tendem a precarizar ainda mais esta situação, pois, segue à risca a cartilha neoliberal. (Brasil de Fato) - <https://www.brasildefato.com.br/2019/12/24/retrospectiva-2019-or-brasil-a-venda-estagnacao-economica-desemprego-e-precariozacao>. Certo que com a mudança de governo, em 2023, esses dados se alteraram para melhor, mas, ainda longe de ser o ideal para o pleno emprego – vide: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13825-taxa-de-desemprego-atinge-no-mes-de-abril-menor-patamar-em-oito-anos>.

(2017), que ser empreendedor nesta sociedade é como “ser um vendedor de si mesmo” em um livre mercado (*apud*, Freitas, 2018a).

Considerações finais

O texto apresentou uma síntese dos estudos que estamos desenvolvendo sobre a democratização da educação, tendo em vista a redefinição do papel do Estado, que ao se desresponsabilizar da oferta dos serviços públicos, alia-se à sociedade civil empresarial/filantrópica, estabelecendo diferentes tipos de parcerias para dar conta, mesmo que precariamente, da questão social, o que afeta os princípios constitucionais de universalização dos direitos sociais e concorre para a diferentes formas de privatização da coisa pública.

Na área da educação, este fenômeno é visível nas diferentes etapas e modalidades da educação básica. Como vimos, a privatização não significa apenas mudança de propriedade, ou seja, a venda de instituições públicas para o setor privado, mas, ocorre de forma escamoteada, sendo uma delas a inserção da lógica mercantil/empresarial nas políticas públicas e no estabelecimento de um modelo específico de gestão pública, a saber: a gestão gerencial/empresarial, com foco no mérito e nos resultados.

Neste texto, enfatizamos que alguns *think tanks*, que atuam numa perspectiva neoliberal e neoconservadora, têm se constituído como importantes espaços de formação intelectual, que visam estabelecer consensos a fim de legitimar as máximas do neoliberalismo, dentre elas a omissão do papel do Estado como provedor da questão social. Frente a essa argumentação, há a difusão do empreendedorismo como uma das saídas para o enfrentamento da pobreza e da miserabilidade, que se acirra com o desenvolvimento do capitalismo. Assim, tira-se o foco dos verdadeiros motivos que conduzem às crises, que são provocadas pela própria dinâmica perversa do capital, que produz riquezas e as concentra na mão de poucos ou pequenos grupos, o que inviabiliza melhorias no plano do acesso aos direitos sociais.

Buscamos argumentar sobre os pressupostos políticos e ideológicos que permeiam as propostas empreendedoras, que embasadas na perspectiva comportamentalista, meritocrática e nas competências socioemocionais, joga para os sujeitos sociais, individualmente, a responsabilização pelo sucesso e/ou fracasso de seu empreendimento, ou pelo seu emprego/desemprego. É um movimento perverso, principalmente, se observarmos as demandas dos grupos que vivem em situação de pobreza e de vulnerabilidade social, pois, o que se espera com o empreendedorismo é que estes sujeitos consigam apenas o mínimo necessário para sua subsistência, a fim de não colapsar o sistema capitalista com a extrema pobreza. Isso tem conduzido a diferentes formas de trabalho precário que afeta todas as áreas da sociedade.

Enfatizamos um *think tank* que tem como foco a difusão do empreendedorismo na área da educação, inclusive nos primeiros anos da educação básica, o Endeavor. Este *think tank*, como um celeiro de ideias neoliberais, atua em redes políticas, tendo como um de seus braços o SEBRAE. Em pesquisa já em curso, estamos verificando que o SEBRAE vem tendo êxito em aproximar suas propostas empreendedoras dos Sistemas Municipais de Educação. Alguns destes sistemas vêm desenvolvendo o Programa Jovens Empreendedores: primeiros passos (JEEP), que não faz parte do recorte delimitado para esse texto, mas, citamos aqui a fim de reforçar a ideia de que o privado tem cada vez mais se espalhado no setor público, utilizando-se para isso da sociedade civil empresarial e suas entidades do terceiro setor. Além disso, estas propostas, atreladas ao ideário do Banco Mundial, estão conseguindo certo êxito, também, no campo das políticas educacionais, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular que destaca a importância das competências socioemocionais na formação dos alunos da educação básica.

Encerramos o texto com o entendimento de que os estudos desenvolvidos por pesquisadores progressistas, que vislumbram a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, na defesa da educação pública gratuita, mantida com as verbas exclusivas do Estado, cumprem com o papel da denúncia deste cenário nefasto e precisam fomentar discussões em seus grupos coletivos (associações, movimentos, fóruns, grupos de pesquisas, eventos, blogs etc). É necessário que estes coletivos atuem também na formação de seus intelectuais orgânicos, a fim de que entendam o movimento da política, tendo em vista um contexto mais ampliado.

É urgente estudar, denunciar, formar e informar sobre os desmontes dos direitos construídos ao longo do tempo. Cabe a estes grupos fomentar junto aos trabalhadores uma análise mais ampliada das políticas, fazendo as mediações necessárias entre as políticas internacionais e nacionais para a educação, sem perder de vista as influências do contexto econômico e os interesses da classe dominante.

Referências

- AGUDO, Jose Luís Bernal. LACRUZ, Juan Lorenzo. La privatización de la educación pública. Una tendencia en España un camino encubierto hacia la desigualdade. *Profesorado*. v. 16, n. 3 sept.- dic.2012. Available at: <https://digibug.ugr.es/bitstream/handle/10481/23102/rev163ART5.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed on: 23 maio.2025.
- APPLE, M. W. *Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo*. Trad. Gilka Leite Garcia, Luciana Axhe. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- BALL, Stephen. *Educação Global S/A: novas redes políticas e imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, Stephen. YOUDELL, Deborah. Hidden privatization in public education. *Education international 5th world congress*. Institute of Education, University of London, July, 2007. Available at: https://www.right-to-education.org/sites/right-to-education.org/files/resource-attachments/Education_International_Hidden_Privatisation_in_Public_Education.pdf. Accessed on: 23 maio.2025.

BANCO MUNDIAL. *Competências e Empregos: uma Agenda para a Juventude*. 2017. Available at: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-productivity-skills-jobs-reports>. Accessed on: 30 nov. 2020.

BUFALO, Katia Silva. *Políticas Públicas para a Leitura: a mercantilização da Educação*. 197f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Available at: https://www.uel.br/pos/ppedu/images/stories/downloads/dissertacoes/2018/BUFALO_-_Katia_Silva.pdf. Accessed on: 23 maio.2025.

CASIMIRO, F. H. C. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo. Expressão Popular, 2018.

BRASIL. *Decreto n. 6.094/2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Available at: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Accessed on: 11 ago. 2015.

CHESNAIS, François. As raízes da crise econômica mundial. *Revista Em pauta*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 31, v. 11, 2013. p.21-37.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo. Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. RODRIGUES, Doriedson S. Rodrigues (Orgs.) *A Pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais*. Campinas. Alinea, 2012.

FARIAS, Cristiane dos Santos. *Política Educacional para a Educação Infantil: o compasso da Jurisdição de Londrina nas Parcerias público/privadas*. 2018. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, 2018. Available at: <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/44e4c688-229b-4c51-88d6-21d1f6e4002d/content>. Accessed on: 23 maio.2025.

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012. Available at: <https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt>. Accessed on: 23 maio.2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.

FREITAS, Luis Carlos. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. *HISTEDBR On-line*, Campinas, v.18, n.4 [78], p.906-926, out./dez. 2018. Available at: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8654333/19019>. Accessed on: 25 maio.2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Produtividade da Escola Improdutiva 30 anos depois: Regressão social e hegemonia às avessas. *Revista Trabalho Necessário*. v. 03, n. 20, 2015. Available at: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/59644/34773>. Accessed on: 25 maio.2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. (org.) *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1997, 4ª ed.

GAMBOA, Silvio Sánchez. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. Chapecó: Argos, 2012.

GIDDENS, Antony. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 4ª tiragem. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel a política e o Estado moderno*. São Paulo, Civilização brasileira. 4ª edição, 1980.

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

KRAWCZYK, Nora Rut. O PDE: novo modo de regulação estatal? *Cadernos de Pesquisa*. v. 38, n. 135, set./dez 2008. Available at: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/334/340>. Accessed on: 25 maio.2025.

LAVAL, Cristian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina. Planta, 2004.

LIMA, Daniela Zanoni de Oliveira. *Políticas públicas de educação infantil: uma análise da democratização no município de Londrina*. Londrina. 2018. 209 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Available at: <https://repositorio.uel.br/items/78fbe9ad-7f45-4c69-a89b-2d11c5e1e730/full> . Accessed on: 25 maio. 2025.

MARINHEIRO, Edwylson de Lima. *O Programa Dinheiro Direto na Escola e a Democratização da Gestão Escolar no Município de Londrina* - Pr. 154 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. Available at: <https://repositorio.uel.br/items/6d7d1ad6-3659-4d18-9a91-ae1cab12f786/full> . Accessed on: 25 maio.2025.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOLL NETO, Roberto. *Reaganation: a nação e o nacionalismo (neo) conservador nos EUA (1981-1988)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. UFF. Niterói, 2010. Available at: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/22635/Reaganation_%20a%20na%c3%a7%c3%a3o%20e%20o%20nacionalismo%20%28neo%29conservador%20nos%20Estados%20Unidos%20%281981-1988%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Accessed on: 25 maio. 2025.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Reginaldo C. A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução. In: CRUZ, Sebastião, KAYSEL, André, CODAS Gustavo (Org.). *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo econômico brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do Método de Marx*. Expressão Popular. São Paulo, 2003.

PAULANI, Leda. *Brasil Delivery*. Servidão financeira e Estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). *Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e sobre as fronteiras entre o público e o privado*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 15-34.

PORTELA, Laercio. As ideias cultivadas pela elite econômica para privatizar a educação no Brasil. *Marco Zero*. Available at: <https://jornalgggn.com.br/blog/marco-zero/as-ideias-cultivadas-pela-elite-economica-para-privatizar-a-educacao-no-brasil/>, Accessed on: 20 nov., 2019.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RAVITCH, Daiane. *Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RISSI, Lorena Mariane Santos. *Terceira Via e as políticas educacionais brasileiras: uma investigação sobre o Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos em Londrina*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021. Available at: <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/af86d43a-bea5-4917-b2c3-b763b11ce452/content>. Accessed on: 25 maio. 2025.

ROBERTSON, Susan L. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. *Revista Brasileira de Educação*. v. 17 n. 50 maio-ago. 2012. Available at: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KyCLtpHyB4nKN4sRrLmPHyM/#>. Accessed on: 25 maio. 2025.

ROBERTSON, Susan. DALE, Roger. 'Toward a critical cultural political economy of the globalisation of education'. *Globalisation, Societies and Education*, 13 (1), 149-170, 2015. Available at: <https://susanleeRobertson.files.wordpress.com/2009/10/Robertson-and-dale-2015-critical-cultural-political-economy-education.pdf>. Accessed on: 04 nov 2019.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: *think tanks* de direita na América Latina. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS Gustavo (Org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 261-278.

RODRIGUES, Gisele de Paula. *A implementação do PDE Escola no Município de Londrina e as implicações à democratização da gestão escolar*. 274 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Available at: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/dissertacao_giselle_paula_rodrigues.pdf. Accessed on: 25 maio. 2025.

RUIZ, Maria José Ferreira. *Democratização da escola pública no Estado do Paraná (1983 a 2010)*. Londrina: EDUEL, 2014.

RUIZ, Maria José Ferreira. *Decorrências da relação público-privado para a política e Gestão escolar*. Relatório de Pós-doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Available at: https://www.ufrgs.br/gprppe/?page_id=194. Accessed on: 25 de maio. 2025.

RUIZ, Maria José Ferreira. MARINHEIRO, Edwylson de Lima. A democratização da escola pública: velhos e novos modelos de gestão escolar. *Revista Educação*. Santa Maria. UFSM. 2015. Available at: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/17236/pdf>. Acesso em: 25 maio. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644417236>.

RUIZ, Maria José Ferreira. BUFALO, Katia Silva. Uma ponte para o futuro: políticas educacionais e parcerias público-privadas. *Revista Educação em Análise*. 2017. Available at: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/29921/22864>. Accessed on: 23 maio. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2017v2n1p37>.

SANDANIEL, Anieli. *A Interferência dos Grupos Empresariais na Gestão da Educação Básica Brasileira: um estudo sobre o Programa Melhoria da Educação do Itaú Social*. 2021. 290 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021. Available at: <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/3604fa24-bd34-46a4-8c8c-295ae55e1208/content>. Acesso em: 25 maio. 2025.

SANDANIEL, A. RUIZ, Maria José Ferreira. Parceria público-privada na aquisição do sistema de ensino Aprende Brasil. *Boletim – Revista do Centro de Letras e Ciências Humanas*. UEL Londrina–nº 74 – p. 131-158 – jul./dez. 2019.

SANTOS, Maurício Ivan dos. *A proposta de educação para o empreendedorismo do Instituto Empreender Endeavor: Um estudo sobre parceria público-privada*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2017. Available at: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174494/001063888.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed on: 25 maio. 2025.

SELA, Vilma Meurer. SELA, Francis Ernesto Ramos. FRANZINI, Daniela Quaglia. Ensino do Empreendedorismo na Educação Básica, voltado para o Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável: um estudo sobre a metodologia “Pedagogia Empreendedora” de Fernando Dolabela. *30º Encontro da ANPAD*. Salvador/Bahia, 2006.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Available at: <https://www.scielo.br/j/es/a/7pgYkYztK6ZyPny97zmQvWx/?format=pdf&lang=pt>. Accessed on: 25 maio. 2025.

TORRES, Camila Caetano. Educação especial no contexto das parcerias entre o público e o privado. In: RUIZ, Maria José Ferreira (org.). *Pesquisas em política e gestão da educação e parcerias público-privadas: ensaios metodológicos*. Londrina, PR. Editora Madrepérola, 2020a.

VALENTIM, Erika Cordeiro do Rêgo Barros. PERUZZO, Juliane Feix. A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capitalismo. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. Available at: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17914/pdf_1. Accessed on: 25 maio. 2025. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2017v17n34p101-126>.

WISEU, Sofia. CARVALHO, Luís Miguel. Think tanks, policy networks and education governance: The rising of new intra-national spaces of policy in Portugal. *Education Policy Analysis Archives*, 26(108), 2018. Available at: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3664/2120>. Accessed on: 25 maio. 2025. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.26.3664>.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Trad. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.